



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU
GABINETE DO PREFEITO

Baixo Guandu-ES, 01 de dezembro de 2025.

REGIME DE URGÊNCIA

OFÍCIO Nº 461/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Baixo Guandu/ES,
Ilmo. Sr. **Clóvis Pascolar**, e demais membros da Mesa Diretora,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho à Egrégia Câmara Municipal de Baixo Guandu/ES, em regime de urgência, o Projeto de Lei em anexo, para que seja analisado, discutido, votado e aprovado nos termos da legislação vigente. Na expectativa de contar com o apoio costumeiro de Vossas Excelências, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Cordiais saudações,

LASTÊNIO LUIZ CARDOSO

Prefeito Municipal





MENSAGEM N° 65/2025

Encaminhamos o presente Projeto de Lei a esta Augusta Casa com o propósito de explicitar, de forma inequívoca, a possibilidade de cessão temporária de servidores efetivos do Município de Baixo Guandu aos consórcios públicos dos quais o ente é integrante. A medida alinha o diploma local ao modelo cooperativo de gestão pública previsto no art. 241 da Constituição Federal e disciplinado pela Lei nº 11.107/2005 e pelo Decreto nº 6.017/2007, instrumentos que fomentam a integração interfederativa para execução de políticas públicas de interesse comum.

Embora a legislação municipal já contemple a cessão a órgãos e entidades de diferentes esferas, a inclusão expressa dos consórcios corrige lacuna normativa e confere segurança jurídica às relações funcionais necessárias ao adequado funcionamento dessas estruturas compartilhadas, hoje vitais para a ampliação da capacidade administrativa dos municípios.

A experiência recente de gestão pública evidencia que a atuação consorciada produz ganhos de escala, racionalidade de custos e padronização de procedimentos, especialmente em áreas como saúde, assistência social, meio ambiente, saneamento básico, gestão de resíduos, inspeção sanitária, compras, tecnologia da informação e engenharia. Em tais contextos, a cessão temporária de servidores municipais aos consórcios dos quais Baixo Guandu participa viabiliza a circulação de competências técnicas, o compartilhamento de metodologias e a difusão de boas práticas, fortalecendo a governança regional e incrementando a eficiência e a economicidade, em consonância com os princípios do art. 37 da Constituição Federal. A alteração proposta, portanto, não amplia a essência da autorização já existente; apenas a integra, para contemplar um arranjo jurídico-organizacional que se tornou peça-chave da execução associada de serviços públicos.

A previsão normativa expressa também mitiga riscos de questionamentos quanto à legalidade dos atos de cessão, evitando controvérsias sobre a equivalência entre “entidades consorciadas” e “autarquias ou fundações” já listadas na lei.





Cumpre destacar, ainda, que a inclusão dos consórcios públicos harmoniza a legislação municipal com a dinâmica do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujas diretrizes de regionalização e hierarquização pressupõem cooperação entre entes e, muitas vezes, execução consorciada de ações e serviços. A cessão de servidores, nesse cenário, permite que o Município contribua com sua expertise para solucionar gargalos técnicos regionais sem perder o vínculo funcional de seus profissionais, que permanecem sujeitos ao regime jurídico municipal, à avaliação de desempenho, ao código de ética e às demais normas de probidade e responsabilidade funcional.

Assim, na certeza de, mais uma vez poder contar com o valoroso apoio dos legítimos representantes do povo guanduense, agradeço antecipadamente, renovando protestos de estima e consideração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Baixo Guandu-ES, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

LASTÊNIO LUIZ CARDOSO

Prefeito Municipal





PROJETO DE LEI 2025.

“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.929/2017, QUE DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL PARA OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ENTRE A AUTARQUIA, CONSÓRCIO PÚBLICO E O PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Baixo Guandu - ES **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Dá nova redação ao art. 1º da Lei Municipal nº2.929/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder, temporariamente, servidor público municipal efetivo e estável, mediante anuência do servidor e observadas as disposições do inciso XXVI do art. 86 da Lei Orgânica Municipal, para a Câmara Municipal de Baixo Guandu, para a Autarquia Municipal Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, para outros Municípios, para o Estado do Espírito Santo e suas autarquias, para a União e suas autarquias, para consórcios públicos dos quais o Município de Baixo Guandu seja integrante/consorciado, e para entidades sem fins lucrativos que exerçam atividades de caráter assistencial, de educação, de saúde ou de meio ambiente.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.





Gabinete do Prefeito Municipal de Baixo Guandu-ES, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

LASTÊNIO LUIZ CARDOSO

Prefeito Municipal



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://baixoguandu.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310037003800350033003A005000

Assinado eletronicamente por **Lastênio Luiz Cardoso** em 01/12/2025 14:57

Checksum: **FE1FC9CBF06B20D26736A6027F50545CC58E27CE076E5A6964397948A81DAFD7**

